

JOHN DEWEY CONTRIBUIÇÕES EDUCACIONAIS: UM NOVO MODO DE PENSAR A ESCOLA

Gabriela Chem de Souza do Rosário*
Simone Aparecida Pinheiro de Almeida**

RESUMO: A presente pesquisa se constitui como um breve estudo bibliográfico, que objetivou discutir as contribuições de John Dewey como teórico que pensava e escrevia sobre e para a educação, considerando suas principais propostas para uma nova concepção de escola. Por meio da análise de algumas de suas obras como *Democracia e educação* (1959); *Vida e educação* (1975); e *Experiência e educação* (2010), abordam-se conceitos fundantes no pensamento do autor para a construção de uma nova proposta educativa, essa análise é feita a partir de sua crítica à escola e ao ensino tradicional. As discussões abordadas refletem a intencionalidade do autor em inovar a escola e a educação por meio da centralidade do aluno no processo de ensino e aprendizagem, da atuação mediadora do professor a partir do conceito de experiência.

PALAVRAS-CHAVE: John Dewey; Escola; Ensino.

JOHN DEWEY'S EDUCATIONAL CONTRIBUTIONS: A NEW MODE IN IMAGINING THE SCHOOL

ABSTRACT: Current paper comprises a short bibliographic analysis which discusses John Dewey's contribution as a theorist who thought and wrote on education with the main proposals for a new idea for the school. His *Democracy and Education* (1959), *Life and Education* (1975) and *Experience and Education* (2010) deal with founding principles for the construction of a new educational proposal while criticizing the school and traditional teaching. Discussions reflect the author's intentionality to innovate the school and education through the centrality of the student with the learning-teaching process and the mediating activities of the teacher as from the concept of experience.

KEY WORDS: John Dewey; School; Teaching.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, Brasil; Professora da UniCesumar. E-mail: gabrielachem@hotmail.com

** Doutora em Educação – UEPG; Mestra em Turismo e Hotelaria – Univali, Brasil; Professora da UniCesumar. E-mail: simone.almeida@unicesumar.edu.br

INTRODUÇÃO

John Dewey foi um teórico norte-americano que viveu entre 1859 e 1952, escreveu grandes contribuições sobre educação e sua compreensão de como deveria ser a escola. Dewey teve influências da teoria pragmatista e se tornou um nome expressivo nos princípios da escola nova, movimento bastante difundido no Brasil. O presente artigo objetiva discutir as contribuições de John Dewey como teórico que pensava e escrevia sobre e para a educação e suas principais propostas para uma nova concepção de escola.

Deste modo, por meio de um breve estudo bibliográfico de algumas obras do autor, destacando *Democracia e Educação* (1959) *Vida e Educação* (1975) e *Experiência e Educação* (2010), pode-se realizar uma reflexão sobre os princípios que norteavam o pensamento de Dewey sobre escola e educação. Ao problematizar o ensino tradicional e a maneira como a escola era organizada, o autor trouxe contribuições inovadoras no que diz respeito ao pensar o ensino; um dos fatores centrais nessa inovação está na percepção do aluno como um indivíduo singular, que deve ser percebido e considerado; o autor atribuiu a este a centralidade no que diz respeito ao processo educativo. O papel do professor e dos conteúdos escolares também entraram em debate na perspectiva de Dewey, na qual o saber descontextualizado e o ensino autoritário e impositivo não fazem sentido para o aluno, portanto precisavam ser revistos, repensados, organizados de outra forma.

Pode-se concluir que John Dewey foi um teórico inovador que trouxe contribuições importantes para a educação, propôs novas formas de organização escolar que permeiam o cenário educativo ainda nos dias atuais. Suas propostas tiveram críticas e limitações, principalmente em razão do pensamento do autor ser focado em uma sociedade e alunos, onde não existiam problematizações e discussões sociais dentro de suas ideias, considerando que seria possível exercer o mesmo tipo de ensino em todas as realidades, a esse fator deve-se lançar um olhar crítico, ampliando as discussões em que o autor se deteve. Porém, é primordial considerar as valiosas contribuições do mesmo para a mudança educacional que se iniciou por meio de suas ideias e propostas educativas.

Para compreender as construções teóricas de John Dewey há que se considerar a teoria pragmatista, pois esta teve forte influência no pensamento do

autor. O pragmatismo propõe um olhar diferenciado para o mundo, observando que as coisas não são fechadas em si mesmas, não se aceitam respostas idealizadas, há a necessidade do concreto, dos fatos e da ação para a compreensão do mundo. Tendo como principais teóricos William James e Charles Peirce, filósofos norte-americanos, o pragmatismo considera que,

As teorias deixam de ser respostas definitivas aos problemas colocados pelos homens, tornando-se simples *instrumentos*, ou seja, a verdade não é mais rigidamente estabelecida de uma só vez e para sempre “se fazendo”. Por isso uma proposição é verdadeira quando “funciona”, quando permite que nos orientemos na realidade, levando-nos de uma experiência a outra (ARANHA, 1996, p. 169).

O pragmatismo considera a utilidade, descarta a racionalização de forma isolada, o que é possível de ser aplicado, utilizado, experienciado produz de fato conhecimentos que levam o homem a um verdadeiro desenvolvimento. Porém, apesar da identificação com os pressupostos pragmatistas, Dewey preferiu nomear sua teoria de instrumentalismo ou funcionalismo, termos cunhados com o propósito de diferenciar seu pensamento de outros teóricos pragmáticos. O termo instrumentalismo deixa claro a relação exposta por Aranha (1996) ao pontuar que o pragmatismo considera as teorias instrumentos que permitem chegar a conclusões que levam a outras conclusões e experiências, sem fechar a possibilidade de respostas, mas sempre se construindo segundo a aplicabilidade. Dewey problematiza em seu instrumentalismo questões fundamentais para compreender o modo como virá propor a educação e a escola. Em seu pensamento teórico se opõe à metafísica, à mistura entre pensamento filosófico e religioso, para o autor, as explicações no plano das ideias não têm validade determinista, o que até o momento vinha sendo defendido em outras teorias (DURANT, 1959).

A visão de teorias como instrumentos que devem ser utilizados de maneira prática permite uma construção fundamental para a educação, a ideia de que “para compreender o pensamento devemos observá-lo quando surge em situações específicas. O raciocínio não começa com premissas e sim com dificuldades; [...]” (DURANT, 1959, p. 463). Desse modo, a ideia de que premissas prontas possam ser aprendidas pelos alunos e essas gerariam conhecimentos não é válida para Dewey, levando-o então a sua construção crítica e opositiva ao ensino tradicional. A

sociedade precisaria começar a aplicar a instrumentalidade nas coisas para sair do seu modelo de repetição do tradicional, do que já estava posto, compreendendo que “o indivíduo é tanto um produto da sociedade como esta é do indivíduo; [...]” (DURANT, 1959, p. 463).

Frisa-se que o autor problematiza a maneira com que os sujeitos vivenciarão a sociedade e não a construção social em si. Portanto, ao criticar a escola tradicional e propor novas formas de se pensar a escola, Dewey pensa de uma forma homogênea, não em sentido das pessoas serem todas iguais, fator este rejeitado por ele já que valoriza a individualidade e a percepção do sujeito, mas homogêneo em sentido de que uma nova educação pode ser desenvolvida na sociedade, pois, a sociedade é uma só. Ou seja, as diferenciações sociais não são consideradas em sua teoria.

2 CRÍTICA AO ENSINO E A ESCOLA TRADICIONAL

A proposta de John Dewey à educação se opunha a educação tradicional; o autor formulou uma proposta educativa e escolar, denominada de educação nova ou progressiva, com base em seu descontentamento com o que vinha sendo propagado pela educação tradicional. Compreendendo que “o esquema tradicional é, em sua essência, uma imposição de cima para baixo e de fora para dentro” (DEWEY, 2010, p. 21), assim, problematiza-se o ensino concebido nesse esquema, no qual há uma imposição hierárquica de saberes, o produto educativo já está acabado. Ou seja, o aluno adentra uma realidade educativa para aprender conhecimentos historicamente produzidos, porém, conhecimentos fixos, os quais também já lhe foram determinados até mesmo o modo de aprender, o que se espera do aluno é a recepção passiva e dócil desses conhecimentos (DEWEY, 2010).

Os conhecimentos são organizados de maneira fragmentada, a lógica do adulto é imposta à criança, que privada de sua própria lógica, deve aprender, considerando que,

A mentalidade adulta está tão familiarizada, todavia, com a noção de uma ordem lógica dos fatos que não reconhece – não pode reconhecer – o espantoso trabalho de separação, de abstração e manipulação, que têm que sofrer os fatos de experiência direta para que possam aparecer como “matéria” ou um ramo do saber. (DEWEY, 1975)

A educação considerada pelo autor como antiga e tradicional, se propaga facilmente, pois, já está posta, vem existindo, não precisa ser pensada para ser exercida. Sua lógica de funcionamento distancia cada vez mais o pensamento da criança do pensamento do adulto e vice-versa, como o ensino é hierarquizado o aluno é colocado como aquele que deve receber de maneira obediente aquilo que é pensado para ele. “A distância entre o que é imposto e os que sofrem tal imposição é tão grande que as matérias de estudo, os métodos de aprendizagem e o comportamento esperados são incoerentes com a capacidade correspondente à idade do jovem aluno” (DEWEY, 2010, p. 21). Dewey, percebia nessa concepção uma total desconsideração do aluno, sendo ele mero receptor e sujeito passivo em seu próprio processo de ensino e aprendizagem.

Cabe ressaltar que no ensino tradicional, o processo de ensino e aprendizagem não pertencia ao aluno, mais professor. Este era o responsável, pelo pensar e organizar os conteúdos, determinar os conhecimentos de forma fixa e inquestionável, pertencia ao topo da hierarquia do ensino, eram reforçadores das regras sobre o que era ou não importante à escola.

A adequação da criança a essas imposições demandava esforço, o qual foi questionado quando Dewey (1975, p. 63) aponta, “é um absurdo supor que uma criança conquiste uma disciplina mental ou intelectual ao fazer, sem querer, qualquer coisa, do que fazê-la desejando-a de todo o coração”. O autor ampara-se no pressuposto que a educação impositiva falhou ao tentar ensinar as crianças; o distanciamento entre o que a criança pensa e compreende do mundo, e o que vinha sendo ensinado fazia com que o ensino fracassasse em diversas dimensões; pontua também que usar o passado como uma base para ensinar o futuro de maneira fixa pressupondo que são iguais, retira qualquer possibilidade de atuação do aluno sobre esse ensino (DEWEY, 1975; 2010).

Essa compreensão sobre a educação e escola tradicional se faz necessária para entender a crítica formulada por Dewey, principalmente no que diz respeito à percepção do aluno, à consideração desse no processo de ensino-aprendizagem, formulando uma nova teoria de como podem ser desenvolvidos os processos de ensino e aprendizagem que concebam a experiência, a intencionalidade, o interesse como partes integrantes da escola. A formação externa de caráter retrospectivo é

então problematizada, a adaptação do futuro ao passado, como se a história fosse estagnada não cabia ao autor, mas a utilização do passado para o desenvolvimento do futuro (DEWEY, 1959).

Na crítica ao tradicional, concebe-se que “o defeito teórico fundamental desta concepção reside em não tomar em conta a existência um ser vivo de funções ativas e especiais que se desenvolvem pela redireção e combinação em que entram quando se põem em contato ativo com o seu ambiente” (DEWEY, 1959, p. 77). As novas propostas teóricas de Dewey vinham ao encontro de funções ativas, da percepção do ser vivo diante do ambiente onde se encontra.

3 A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO NOVA

Ao considerar as ideias deweyanas sobre a escola se faz necessário pensar qual o contexto onde esse autor as apresenta. Pautado no pressuposto de que a democracia social do modo como existia em sua época tinha suas limitações, porém, poderia ser corrigida, o autor propunha que “uma sociedade é democrática na proporção em que prepara todos os seus membros para com igualdade aquinhoarem de seus benefícios e em que assegura o maleável reajustamento de suas instituições por meio da interação das diversas formas de vida associadas” (DEWEY, 1959, p. 106).

Dessa forma, a escola como uma instituição responsável por desenvolver um processo social, ou seja, a educação poderia proporcionar a seus indivíduos o desenvolvimento do interesse e hábito para o bem comum social; por meio da liberdade e igualdade os diferentes grupos resolveriam as desordens e promoveriam mudanças sociais a partir da colaboração. Compreendendo que

[...] o objetivo da educação é habilitar os indivíduos a continuar sua educação – ou que o objeto ou recompensa da educação é a capacidade para um constante desenvolvimento. Mas esta ideia só se pode aplicar a *todos* os membros de uma sociedade quando há mútua cooperação entre os homens e existem convenientes e adequadas oportunidades para reconstrução dos hábitos e das instituições sociais por meio de amplos estímulos decorrentes da equitativa distribuição de interesses e benefícios. E isto significa sociedade democrática. (DEWEY, 1959, p. 108)

Pelas percepções do autor sobre democracia e sociedade pode-se inferir que o mesmo não problematizava as relações sociais que a perpassavam, mas compreendia que suas ideias poderiam ser aplicadas em uma nova escola que promoveria melhorias na sociedade onde ele se encontrava. Para Fernandes, Araújo e Dujo (2018), a democracia do autor foi por ele encontrada na situação histórica do seu tempo, sem maiores reflexões. Dewey acreditava na capacidade de organização da sociedade para um objetivo comum, via a escola como promotora em potencial dessa relação. Isso pode ser percebido nas considerações do autor, que defende o aspecto humano, a consideração da individualidade, mas dá importância às interações sociais, o ensino provido de sentido e de significação, no qual o homem possa compreender e agir sobre as coisas e não meramente recebê-las de maneira estagnada (DEWEY, 1975).

Portanto, “assim como as estruturas democráticas possibilitam uma experiência humana mais rica do que as autocráticas, também a educação progressiva está orientada para a ampliação da experiência humana. A educação progressiva é, na sua essência, uma educação democrática” (BRANCO, 2010, p. 608). As contribuições do autor sobre a escola e a educação vão ao encontro daquilo que ele acreditava socialmente. Considerando então que para o autor a democracia está interligada com a capacidade humana de exercê-la, sendo essa capacidade desenvolvida na educação, o que não acontece apenas na escola, mas em todas as relações sociais do indivíduo.

A educação é um fato de interesse social, por isso suas concepções teóricas e práticas são permeadas por diferentes perspectivas, é inerente a organizações com pessoas o conflito de pensamentos. Diante disso, John Dewey se propôs a pensar novas concepções e práticas à educação, reconhecendo o desafio de questionar um modelo já posto, como o tradicional (DEWEY, 2010). A proposta educacional concebida pelo autor, é de tipo novo, progressiva, e tem em suas bases a experiência, a individualidade, a necessidade e o interesse.

A experiência é fundamental para o ensino, entende-se que toda educação verdadeira é fruto de experiências, mas nem todas as experiências são educativas. Dentro do cenário escolar, a experiência precisa ser pensada, promovida de forma que mobilize esforços para que ocorra. “Assim como nenhum homem vive e morre

para si mesmo, nenhuma experiência vive e morre para si mesma” (DEWEY, 2010, p. 28), nessa colocação do autor encontra-se um princípio pragmático, no qual a experiência deve ser útil, leva o aluno a algum lugar, não é um fim em si mesma.

A experiência não é desenvolvida para ser meramente prazerosa, seu caráter educativo não se encontra na superfície, mas nas mobilizações internas que se desenvolvem no ser que a vivencia. A partir disso,

As experiências que devemos ensinar, e os estímulos que devemos empregar, só os podemos saber, com um conhecimento global da natureza do desenvolvimento infantil e sua finalidade; quer dizer, em uma palavra, se tomarmos a ciência dos adultos como uma revelação prévia da carreira que se abre diante da criança (DEWEY, 1975, p. 53).

Nessa perspectiva, as experiências são intencionais, buscam um nível de profundidade, que mobilize a criança em sua vivência. O objetivo da experiência não é atingir um fim previamente idealizado pela lógica adulta, mas que a criança se mobilize interiormente e vivencie os processos de construção e reconstrução daquela experiência para que atinja suas próprias conclusões e então essas serão mediadas pelo adulto. A ideia remete ao conceito pragmatista de respostas como instrumento para encontrar outras respostas.

Por meio das condições em que as experiências são organizadas, aprendizagens se fazem possíveis; sobre essa relação, Dewey defende outro ponto importante em sua concepção de educação - a *individualidade*, conceito fundante dentre os princípios em que estabelece a educação. A individualidade é percebida como a percepção da capacidade e propósitos dos alunos, aquilo que o atrai, o que ele pensa, o que já tem em si como uma construção, na concepção tradicional esse conceito seria ignorado, o aluno teria de se encaixar ao formato posto, aqueles que alcançarem o objetivo serão considerados êxitos, porém, aqueles que não alcançarem terão falhado. Para Dewey, a proposta é extremamente oposta, desenvolve-se o ensino em prol da individualidade do aluno, buscam-se formas de atingi-lo, de fazer sentido para ele (DEWEY, 2010).

A busca pela individualidade, o fez compreender que

Não há matéria que por si só possua um valor educativo intrínseco. Somente quando relacionada ao estágio de desenvolvimento de quem aprende é que é possível atribuir à matéria um valor educativo.

A falha por não levar em conta a adaptação às necessidades e capacidades dos indivíduos deu origem à ideia de que certas matérias e certos métodos são intrinsecamente culturais e bons para a disciplina mental. Não há valor educativo em abstrato (DEWEY, 2010, p. 47).

Ou seja, sem a consideração de quem é o sujeito em sua subjetividade, o ensino falhará, propondo conteúdos fixos que não envolvem o sujeito particular aprendiz. Coloca-se em pauta a liberdade dos sujeitos, problematiza-se uma escola que por meio da autoridade restringe e limita os alunos, a liberdade daria a possibilidade de expressão e de ação no que diz respeito ao ensino e à aprendizagem, mas não uma liberdade que impulse cada um a fazer o que bem entende. Dewey (1959) compreende que os sujeitos à medida que forem livres e se relacionarem socialmente uns com os outros construirão uma sociedade progressiva, ou seja, suas variações individuais caminharão para um desenvolvimento social comum, por isso defende que “uma sociedade democrática deve, em sua interferência na educação e coerente com seu ideal, permitir a liberdade intelectual e a manifestação das várias aptidões e interesses” (DEWEY, 1959, p. 337).

Por conseguinte, o objetivo social não seria padronizar a educação e os homens, mas proporcionar-lhes experiências que lhes motivassem a vivenciar sua individualidade, e a mesma contribuirá socialmente em prol do desenvolvimento aqui tido como democrático na concepção do autor. A aprendizagem por meio da consideração da individualidade é desenvolvida em função da *necessidade* e *interesse*, os alunos são levados pelo professor, aqui concebido como um mediador, a buscar respostas sobre questões que lhe são instigadas, partindo de suas vivências ou de questões levantadas que lhes façam querer vivenciá-las.

A vontade de experienciar algo é próprio da infância e deve ser incentivado pelo ensino, compreendendo que o “interesse verdadeiro é o resultado que acompanha a identificação do “eu” com um objeto ou ideia, indispensável à complexa expressão de uma atividade que o próprio “eu” iniciou” (DEWEY, 1975, p. 70). A criança então se identifica, escolhe, seleciona seus interesses e são para ela motivadores. O autor também tratará como um desejo profundo de saber, o ensino problematizador, no qual desvendar a problemática instigada lhe é interessante, lhe é necessário.

A necessidade de buscar resposta é um motivador para a criança, a qual despenderá esforço para encontrar. Quando o ensino tradicional coloca para o

aluno uma atividade memorizada, puramente teórica e desassociada de qualquer contextualização com o seu interesse, não há necessidade de esforço e busca por respostas, apenas se realiza o que está posto. O interesse promovido e instigado pela concepção deweyana de educação não tem um fim em si mesmo, mas propicia experiências que desenvolvam aprendizagens,

O interesse é normal e, educativamente, legítimo e digno de confiança, no grau em que a atividade que envolva ganhe crescimento ou desenvolvimento.

O interesse é usado ilegitimamente no grau em que for sintoma ou causa de parada no desenvolvimento de uma atividade (DEWEY, 1975, p. 85).

Não se busca que o aluno tenha um momento prazeroso apenas, mas por meio do interesse desenvolva conceitos, experiências e aprendizagens. O interesse está diretamente ligado à identificação do sujeito com os objetivos, com a necessidade que atribui a vivenciar determinada atividade ou experiência, e isso não ocorre no campo da abstração - é necessário perceber a incompletude e impender esforço para completá-la, agindo sobre a situação e efetuando transformações. O ato pensado e intencional gerará novas respostas que serão utilizadas em experiências futuras, como aporte para completar outras questões de ação e prática educativas se fazem fundamentais para que o desenvolvimento ocorra (DEWEY, 1959).

Os conceitos são centrais para o autor, obviamente não são os únicos que precisam ser considerados na compreensão de sua teoria, porém permitem com que o entendimento inicial de sua proposta para a escola se dê com maior clareza.

3.1 A ESCOLA PENSADA POR JOHN DEWEY

John Dewey formulou uma teoria educacional e objetivou uma organização escolar, desenvolveu uma escola experimental em Chicago, com vistas em praticar aquilo que teorizou, novamente indo ao encontro da concepção pragmática ao perceber a teoria como um instrumento que deve ser experienciado.

Concebia a escola como “a casa da confraternização de todas essas influências, coordenando-as, harmonizando-as, consolidando-as para a formação de inteligências claras, tolerantes e compreensivas” (DEWEY, 1975, p. 25). Nesse sentido, a escola de

Dewey valorizaria a experiência e individualidade, as experiências proporcionadas à criança promoveriam o amadurecimento para novas experiências, portanto, não se pode pensar em um ensino desconexo para este aluno. Todo conteúdo deveria ser organizado, contextualizado de modo envolvente ao aprendente e que lhe fizesse sentido como um todo.

Para Dewey, vida, experiência e aprendizagem não se separam; por isso cabe à escola promover pela educação a retomada contínua dos conteúdos vitais. A educação progressiva, à medida que dá condições para a criança exercer controle sobre a própria vida, permite que ela enriqueça sua experiência (ARANHA, 1996, p.169)

Assim, as atividades que permitiam a experimentação se tornaram essenciais, dando destaque para as manuais e físicas que incentivavam a independência do aluno e sua individualidade (ARANHA, 1996). A busca pelo interesse do aluno é fundamental ao professor, fazendo-se necessária a percepção de quem é o indivíduo que está em sala de aula, quais são suas habilidades, para assim poder contextualizar o ensino. Tarefa essa que não é linear, precisa ser refletida e intencional, “a educação praticada intencionalmente (ou escolar) deveria apresentar um ambiente em que essa interação proporcionasse a aquisição daquelas significações que são tão importantes, que se tornam por sua vez em instrumentos para a ulterior aquisição de conhecimentos” (DEWEY, 1959, p. 301).

O ensino pensado e intencional é dado a partir do aluno, ou seja, o aluno é sujeito central da aprendizagem, por isso a defesa de sua liberdade, o professor só conhece o aluno quando este é livre, sem preocupações com atitudes pré-estabelecidas que deveria tomar, podendo agir de acordo com seus interesses e individualidade. A partir da liberdade o professor planeja suas ações para conquistá-lo, fazer com que o ensino lhe seja interessante e faça sentido. Para Dewey, o sucesso da educação nova na escola se dará com aulas planejadas e interessantes, em que os alunos motivem-se a descobrir o que está sendo proposto, por meio de atividades e vivências. A criança aceitará regras, se envolverá no processo de ensino-aprendizagem à medida que for entrosada e não excluída, conscientizando-se da importância daquele local e daquela aprendizagem (DEWEY, 2010).

Compreendendo, portanto, que “ensinar bem é ensinar apelando para as capacidades que o aluno já possui, dando-lhe, do mesmo passo, tanto material novo quanto seja necessário para que ele reconstrua aquelas capacidades em nova

direção, reconstrução que exige pensamento, isto é, esforço inteligente” (DEWEY, 1975, p. 93). Despertar no aluno a vontade e a necessidade de desenvolver ações que o levem a novos conhecimentos, e não apenas o fazer pelo fazer, ainda que um fazer prazeroso, mas desprovido de intencionalidade e sentido. A escola deweyana não se configurava por método expositivos, ou a meras observações, para o ensino é necessário que o aluno atribua significado ao que está fazendo e esse significado só vem quando se age sobre o que está se vendo (DEWEY, 2010).

A ação do aluno sobre a aprendizagem faz valer o princípio da instrumentalidade, colocar em prática, em ação, em vivência. Dewey (1959, p. 24) percebe que “não se pode efetuar pela transmissão direta de convicções, emoções e conhecimentos, o desenvolvimento, nos seres mais novos, nas atitudes e estados mentais necessários à contínua e progressiva vida de uma sociedade”. O professor então é visto como alguém para mediar os conhecimentos e não mais transmiti-los, é alguém responsável por fazer valer da liberdade do aluno para ensiná-lo, apontar desafios e caminhos que o levem a fazer e refazer processos até chegar a novas experiências e conhecimentos.

O professor tem a função de propiciar e identificar oportunidades à aprendizagem, o que não significa deixar o ensino à espera da vontade do aluno, mas fazer com que a vontade seja despertada, “considerando-se que a liberdade reside nas operações inteligentes de observação e no julgamento adequado para o desenvolvimento de um propósito, a orientação dada pelo professor para o exercício da inteligência de seus alunos é um incentivo à liberdade, e não uma restrição” (DEWEY, 2010, p. 73).

A objetivação final desse processo educativo não é colocar os alunos a mercê do mesmo molde de resultados fixos e almejados como era concebido pelo professor na escola tradicional, mas na escola progressiva propiciar que nos processos hajam experiências e trocas intencionais que visem o desenvolvimento de novas capacidades, para isso há que se pensar com clareza nos conteúdos e objetivos propostos no ensino.

4 CONCLUSÕES

John Dewey foi um teórico que trouxe contribuições valiosas ao modo de se pensar a educação, contribuiu imensamente para a abertura de novas possibilidades

no cenário escolar, ao conseguir perceber outras maneiras de organizar as práticas educativas e escolares do que aquelas que até então estavam socialmente fixas. Em sua obra problematiza os erros de interpretação que sua proposta teve ao chegar de maneira concreta nas escolas, fator que atribuiu as relações conflituosas das interações entre pessoas e seus objetivos. Tanto em *Experiência e Educação* (2010), quanto em *Vida e Educação* (1975), tenta deixar claro que o ensino que acredita não é livre, sem regras, ou a mercê das vontades aleatórias dos alunos. Estas problemáticas levantaram muitas críticas à sua proposta, porém, o autor busca esclarecer que a liberdade em sua proposta visa desenvolver um ensino pensado e objetivado, com regras que façam sentido para que sejam seguidas, um ensino interessante ao ponto de ser envolvente e que se faça querer ser aprendido livremente.

Percebe-se que a proposta do autor não chegou de forma literal até as escolas, o que pode ser pelo fato de Dewey não se preocupar em propor um método a ser seguido na escola, mas de formular contribuições que visavam o fazer pensar, o ato de desenvolver sobre aquilo que se leu, o colocar em prática de forma autêntica e livre.

Conclui-se que a vertente pragmática do autor posta em favor da educação o fez desenvolver novas percepções do ensino, e suas heranças teóricas ainda são discutidas e utilizadas em grande parte das escolas, considerando entre suas maiores contribuições o aluno como centro do processo de ensino e aprendizagem, o professor como um mediador desse processo. Ou seja, o sujeito aluno se faz ativo na escola, não é mais mero receptor passivo e inexpressivo, o professor não é mais detentor do saber, mas promotor desse.

Muitas das escolas na atualidade ainda utilizam o ensino tradicional como sua metodologia norteadora, e inserir as ideias de Dewey torna-se desinteressante para quem não concebe uma nova perspectiva ao ensino. O professor mediar a relação entre aluno e conhecimento ainda não tem espaço em uma perspectiva de memorização e predominância do conteúdo, a ideia de centralidade do aluno no processo é vista como perder o controle do que está sendo lecionado.

Dewey (2010) aponta que modificar essa base impositiva é desafiador e faz parte de um processo não linear, o que se pode considerar como um dos fatores para que o movimento da Escola Nova, originado em partes por suas contribuições e fortemente difundido no Brasil, não tenha sido exitoso na transformação completa

das escolas. A crítica que se pode tecer é que ao formular uma ideia educacional e escolar, o autor não problematiza de que maneira esse processo se dará, em condições sociais, econômicas, de acesso à população em suas diferentes realidades, já que a sociedade é percebida como um todo, como única e a escola é proposta a ela de forma homogênea.

É possível por meio de suas contribuições refletir sobre quem é o aluno, quais são suas necessidades, sua subjetividade e auxiliá-lo em um processo de desenvolvimento, inclusive problematizando questões que Dewey não contempla, como as diferenças sociais, as condições de acesso à educação e ao desenvolvimento.

Desse modo, há que se compreender que existem possibilidades e limites nas obras de John Dewey, considerando sua realidade, época e sociedade, atribuindo-lhe os méritos de grande autor e contribuinte do refletir a educação e inovar a escola. Tomando sua teoria como uma possibilidade de fazer pensar sobre a educação e a escola.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L. A. **Filosofia da educação**. São Paulo: Moderna, 1996.

BRANCO, M. L. O sentido da educação democrática: revisitando o conceito de experiência educativa em John Dewey. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n.2, p. 599-610, maio/ago. 2010.

DEWEY, J. **Democracia e educação: introdução a filosofia da educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

DEWEY, J. **Vida e educação**. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

DEWEY, J. **Experiência e educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

DURANT, W. **História da filosofia: vida e ideias dos grandes filósofos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

FERNANDES, J. P. M.; ARAÚJO, A. F.; DUJO, A. G. Democracia, inteligência e (boa) educação, na perspectiva de John Dewey. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 44, 2018.

Recebido em: 19/04/2020

Aceito em: 30/05/2020